

CLIPPING - NOTÍCIAS DA SEMANA (23/04/2026 A 30/04/2026)

MINERAÇÃO

- **Novo acordo do Rio Doce transforma reparação em política de Estado na mineração**

Medida reforça fiscalização, prevenção de riscos e uso permanente de recursos para segurança do setor

O novo acordo da Bacia do Rio Doce reposiciona a reparação dos danos do rompimento da barragem de Fundão ao transformar medidas compensatórias em uma política de Estado voltada à fiscalização e prevenção na mineração brasileira. O modelo prevê a estruturação de ações permanentes, com uso de recursos destinados à reparação para fortalecer sistemas de monitoramento, transparência e resposta a riscos ampliando a atuação do poder público no setor.

A iniciativa também consolida um plano nacional de prevenção de riscos minerários, com foco em ampliar a capacidade de fiscalização da Agência Nacional de Mineração e incorporar ferramentas tecnológicas, como análise de dados e monitoramento em tempo real. A proposta substitui ações pontuais por uma atuação contínua, com o objetivo de antecipar riscos, aumentar a segurança operacional e evitar a repetição de desastres ambientais no país.

Fonte: [Reparação que vira política de Estado: novo acordo do Rio Doce reposiciona fiscalização e prevenção na mineração brasileira – Agência Nacional de Mineração](#)

- **ANM prorroga prazo de entrega da Declaração de Investimento em Pesquisa Mineral (DIPEM)**

Medida responde a instabilidades nos sistemas da agência que afetaram o acesso à declaração, cujo prazo original terminaria em 30 de abril de 2026.

A Agência Nacional de Mineração (ANM) informou que está em tramitação interna a prorrogação do prazo final para entrega da Declaração de Investimento em Pesquisa Mineral (DIPEM), que venceria em 30 de abril de 2026. A decisão foi motivada por instabilidades e interrupções nos sistemas da ANM, que prejudicaram temporariamente o acesso e o funcionamento da plataforma da DIPEM.

A agência reforçou que novas orientações sobre o novo cronograma serão divulgadas oportunamente pelos canais oficiais, e recomendou que os usuários acompanhem as atualizações para se adequarem às novas datas. A medida visa garantir que os investidores em pesquisa mineral possam cumprir a obrigação sem prejuízos decorrentes dos problemas técnicos enfrentados.

Fonte: [Informações sobre Declaração de Investimento em Pesquisa Mineral \(DIPEM\) – Agência Nacional de Mineração](#)

- **Transformação digital na ANM: como a tecnologia está revolucionando a fiscalização e a gestão da mineração brasileira**

Em entrevista, superintendente de TI detalha avanços em dados, geoinformação e monitoramento remoto que tornam a regulação mineral mais transparente e eficiente

A ANM tem passado por uma profunda transformação digital, na qual a tecnologia deixou de ser mero suporte para se tornar peça estratégica da regulação mineral. De acordo com Márcio Leal Gomes da Silva, superintendente de TI da ANM, os principais avanços incluem a digitalização de processos, a integração de bases de dados, a criação de painéis gerenciais em tempo real e o lançamento de um novo portal de geoinformação que reúne dados minerários em ambiente único. Essas ferramentas já permitem fiscalização remota com uso de satélites, drones e inteligência artificial, além de revelar falhas bilionárias na arrecadação de royalties (CFEM) por meio de ciência de dados.

A expectativa é consolidar a ANM como uma agência reguladora digital, orientada por dados e preparada para desafios futuros como minerais críticos e a transição energética. O Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTIC 2026-2028) prioriza governança de dados, segurança cibernética e inovação contínua. Para o setor mineral e a sociedade, a mensagem é clara: a tecnologia não é um fim, mas um meio essencial para promover uma mineração mais responsável, transparente e sustentável, alinhada ao interesse público.

Fonte: [Tecnologia, dados, regulação mineral e a transformação digital que reposiciona para o futuro – Agência Nacional de Mineração](#)

- **ANP propõe novo modelo de licitação para petróleo e gás em parceria com a B3**

Mudanças eliminam entregas em papel, permitem leilões online ou presenciais na bolsa e devem entrar em vigor em 2027; consulta pública será aberta

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) realizou no dia 27 de abril um workshop para apresentar ao mercado sua proposta de um novo modelo de licitação para exploração e produção de petróleo e gás, em parceria com a B3. O objetivo é que a bolsa de valores forneça a infraestrutura tecnológica e operacional dos certames, enquanto a ANP se concentra em decisões estratégicas, como quais blocos ofertar, em que momento e com quais configurações (terra, novas fronteiras, gás etc.). Segundo a diretora Symone Araújo, a escolha da B3 veio após longa análise e consultas a empresas, visando aprimorar as já exitosas rodadas da Agência.

As principais mudanças incluem a eliminação da entrega de documentos em papel e a possibilidade de leilões presenciais na sede da B3 ou totalmente on-line. O novo modelo não será aplicado nos ciclos da Oferta Permanente previstos para este ano, com previsão de vigência apenas para 2027. Para que as alterações entrem em vigor, será necessário modificar os editais da Oferta Permanente, que passarão por consulta e audiência públicas. A ANP reforçou que o "coração" das licitações continuará sendo conduzido pela Agência, cabendo à B3 dar a infraestrutura necessária.

Fonte: [ANP realiza workshop sobre proposta de novo modelo de licitações da E&P – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis](#)

- **ANP conclui repasse de R\$ 4,88 bilhões em royalties da produção de fevereiro de 2026**

Estados e municípios recebem valores da partilha de produção; 531 cidades e 3 unidades da federação foram beneficiadas

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) finalizou no dia 29 de abril todos os repasses de royalties referentes à produção de fevereiro de 2026. No regime de partilha de produção, os estados receberam R\$ 563.450.493,01, enquanto os municípios receberam R\$ 743.740.049,93. No dia anterior (28/4), já tinham sido concluídos os repasses dos regimes de concessão e cessão onerosa. Ao todo, considerando os três regimes, o montante destinado a municípios, estados e União alcançou R\$ 4,88 bilhões. A ANP é responsável por calcular, apurar e

distribuir os royalties com base nas Leis nº 7.990/1989 e nº 9.478/1997, entre outras normas. A Agência destacou que, embora não haja data fixa prevista em lei para o pagamento, atua para que os valores cheguem aos beneficiários no menor tempo possível. Os dados detalhados por beneficiário estão disponíveis na página de Royalties do site da ANP e do Banco do Brasil (fundo “ANP – ROYALTIES DA ANP”). Informações relativas ao mês corrente ainda estão sendo consolidadas e serão publicadas em breve.

Fonte: [Royalties: valores referentes à produção de fevereiro para contratos de partilha de produção foram distribuídos hoje a estados e municípios – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis](#)

- **ANP realiza audiência pública para incluir 45 novos blocos exploratórios na Oferta Permanente de Concessão**

37 blocos marítimos (Bacias de Campos e Santos) e 8 terrestres (Bacia Potiguar) foram debatidos; regras do edital permanecem inalteradas

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) realizou no dia 28 de abril uma audiência pública para discutir a atualização do edital da Oferta Permanente de Concessão (OPC), com a inclusão de 45 novos blocos exploratórios – 37 marítimos nas bacias de Campos e Santos e 8 terrestres na Bacia Potiguar. Com a adição, o total de blocos exploratórios passará de 450 para 495, além de cinco áreas com acumulações marginais. Todos os novos blocos possuem manifestações conjuntas válidas dos Ministérios do Meio Ambiente e de Minas e Energia. A representante da diretoria reforçou que a inclusão, sem alterações nas regras vigentes, amplia oportunidades de investimento com maior celeridade, previsibilidade e segurança jurídica.

A atualização do edital contempla exclusivamente a adição dos blocos, mantendo as regras já estabelecidas. As sugestões recebidas na audiência serão avaliadas pela área técnica e o texto consolidado passará por análise jurídica da Procuradoria Federal e aprovação da diretoria colegiada antes da publicação. A Oferta Permanente é atualmente a principal modalidade de licitação de petróleo e gás no Brasil, permitindo oferta contínua de áreas sem prazos fixos, sob os regimes de concessão (OPC) e partilha de produção (OPP).

Fonte: [Audiência pública debate inclusão de novos blocos no edital da Oferta Permanente de Concessão \(OPC\) – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis](#)

ENERGIA ELÉTRICA

- **ANEEL participa do evento Redes do Amanhã e destaca equilíbrio entre tarifa, segurança energética e sustentabilidade**

Diretor-geral Sandoval Feitosa reforçou em painel a necessidade de coordenação regulatória e modicidade tarifária como pressuposto legal para o setor elétrico

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) participou no dia 29 de abril do evento "Redes do Amanhã", promovido pela revista EXAME em parceria com a consultoria PSR, em Brasília. O diretor-geral da Agência, Sandoval Feitosa, esteve no painel inaugural ao lado do presidente da Comissão Especial de Transição Energética da Câmara dos Deputados e do secretário nacional de Energia Elétrica do MME. Durante sua fala, Feitosa destacou o papel da regulação para garantir equilíbrio entre expansão da infraestrutura, segurança do suprimento, eficiência econômica e sustentabilidade, defendendo a coordenação e previsibilidade regulatória para viabilizar investimentos.

O diretor-geral também abordou a questão tarifária, afirmando que a modicidade tarifária é um dos pressupostos legais que precisa caminhar de forma integrada com a segurança energética e outros fatores estratégicos para a economia brasileira, sempre com foco na justiça e na qualidade do serviço ao consumidor final. O evento contou com painéis sobre perspectivas regulatórias para a transmissão de energia, o protagonismo do consumidor e o setor de data centers. A participação da ANEEL reforça seu compromisso com o diálogo institucional e com soluções regulatórias para o desenvolvimento sustentável do país.

Fonte: [ANEEL destaca papel da regulação no futuro do setor elétrico no evento Redes do Amanhã – Agência Nacional de Energia Elétrica](#)

- **Comissão da Câmara aprova projeto que inclui templos religiosos no Programa de Energia Renovável Social**

Proposta amplia acesso a sistemas de energia limpa para instituições religiosas, reconhecendo seu papel assistencial em comunidades vulneráveis

A Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 1397/2025, que amplia o Programa de Energia Renovável Social para incluir templos religiosos. Atualmente voltado para famílias de baixa renda, o programa busca facilitar a instalação de sistemas de geração de energia limpa, como painéis solares, para reduzir custos com eletricidade. A proposta reconhece o papel assistencial das instituições religiosas em comunidades vulneráveis, permitindo que elas também recebam investimentos para a implantação desses sistemas.

O parecer favorável foi apresentado pelo relator, deputado Márcio Marinho (Republicanos-BA), para o texto de autoria do deputado Dr. Fernando Máximo (PL-RO). O relator afirmou que a medida une eficiência energética ao fortalecimento de instituições que prestam apoio onde o Poder Público muitas vezes se faz ausente. O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda precisa ser analisado pelas comissões de Cultura, de Finanças e Tributação, e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Para se tornar lei, o texto precisa ser aprovado pela Câmara e pelo Senado.

Fonte: [Comissão aprova projeto que inclui templos religiosos em programa de energia renovável - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados](#)

- **Comissão de Minas e Energia da Câmara realiza duas audiências públicas sobre leilão de reserva de capacidade**

Debates ocorrem nesta terça-feira (28) e abordam riscos de contratação de termelétricas caras, distorções concorrenciais e mudanças frequentes nas diretrizes dos leilões

A Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados promove, nesta terça-feira (28), duas audiências públicas para discutir o leilão de reserva de capacidade no setor elétrico brasileiro. O primeiro debate ocorre às 10h e o segundo, às 16h, ambos no plenário 14. O deputado Danilo Forte (PP-CE), autor do pedido das reuniões, alerta que o modelo atual pode induzir a contratação de usinas termelétricas com custos operacionais elevados, o que poderia gerar aumento nas tarifas de energia para o consumidor final.

Além disso, o parlamentar aponta possíveis distorções concorrenciais no mercado, especialmente em relação à participação de fontes mais eficientes e alinhadas à transição energética. Danilo Forte também critica as frequentes mudanças nas diretrizes dos leilões, que, segundo ele, podem afetar a confiança dos investidores e elevar o custo de capital no setor. As audiências contarão com convidados indicados pela Câmara para aprofundar o debate sobre esses temas.

Fonte: [Comissão debate leilão de reserva de capacidade no setor elétrico brasileiro - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados](#)

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIAS (MME)

- **MME publica relatório do Grupo de Trabalho Bilateral sobre integração entre Brasil e Argentina**

Documento analisa rotas de infraestrutura e recomenda ações para viabilizar fornecimento de gás natural de Vaca Muerta ao mercado brasileiro

O Ministério de Minas e Energia (MME) publicou em 28 de abril o relatório do Grupo de Trabalho Bilateral (GTB) Brasil-Argentina, que apresenta diagnósticos, alternativas de infraestrutura e recomendações para viabilizar o fornecimento de gás natural argentino ao Brasil. A iniciativa decorre de memorando firmado em novembro de 2024 e tem como foco a competitividade, na segurança energética e o desenvolvimento regional. Do lado argentino, o relatório destaca o potencial estratégico da formação Vaca Muerta, uma das maiores reservas de gás não convencional do mundo, capaz de sustentar o consumo interno e de ampliar as exportações. Para o Brasil, aponta crescimento da demanda por gás natural, especialmente nos setores industrial e de geração elétrica, com espaço para complementar a oferta nacional por meio de importações competitivas. O documento analisa diferentes rotas de integração, incluindo alternativas via Bolívia, Paraguai, Uruguai e por conexão direta entre os dois países, com projetos como ampliação de gasodutos existentes, reversão de fluxos no Gasbol e construção de novos corredores de transporte. O trabalho do GTB contou com reuniões semanais ao longo de 2025, além de encontros com agentes do setor e representantes de países vizinhos. Como próximos passos, o relatório aponta a necessidade de aprofundar estudos técnicos, avançar na coordenação regulatória e criar condições para investimentos em infraestrutura. A publicação reforça o compromisso bilateral com uma integração energética que promova competitividade, sustentabilidade e segurança no abastecimento.

Fonte: [Brasil e Argentina avançam na integração energética com publicação de relatório técnico bilateral – Ministério de Minas e Energia](#)

- **MME participa da Gas Week 2026 e reforça gás natural como vetor de desenvolvimento e transição energética**

Secretário Renato Dutra apresentou diretrizes para ampliação da oferta, modernização regulatória e redução de custos; governo solicita à ANP retomada do debate sobre o mecanismo de gás release

O Ministério de Minas e Energia (MME) participou no dia 28 de abril da Gas Week 2026, um dos principais fóruns de discussão sobre o futuro do gás natural no Brasil. Representando o ministro Alexandre Silveira, o secretário Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, Renato Dutra, apresentou as diretrizes da política para o setor, com foco na ampliação da oferta, modernização regulatória e redução de custos para consumidores e indústria. Ele destacou que o gás natural ocupa uma posição central na estratégia energética nacional, tanto pela descarbonização quanto pelo potencial de reindustrialização do país, afirmando que a agenda do gás é uma prioridade para o governo.

Entre as medidas em curso, estão o avanço regulatório em infraestruturas de escoamento, processamento e transporte, o estímulo à oferta nacional por meio de novos projetos estruturantes e a integração energética regional. O MME também solicitou à ANP a retomada do debate sobre o gás release, mecanismo essencial para equilibrar o mercado, acelerar a abertura do setor, ampliar a oferta e favorecer a redução de preços ao consumidor. Dutra reforçou o compromisso do MME com um ambiente regulatório eficiente e alinhado ao interesse público, garantindo que a redução de preços chegue ao consumidor e que o gás natural se torne um motor para o crescimento sustentável do Brasil com justiça energética.

Fonte: [MME reforça agenda estratégica do gás natural durante evento que debate o futuro do setor – Ministério de Minas e Energia](#)

- **MME publica relatório da Agenda Estratégica Eletroenergética 2026 com 49% das medidas executadas no primeiro trimestre**

Sete ações prioritárias foram concluídas, incluindo viabilização da operação da usina de Jirau em nova cota e realização dos Leilões de Reserva de Capacidade

O Ministério de Minas e Energia (MME) publicou no dia 30 de abril o Relatório de Monitoramento

da Agenda Estratégica Eletroenergética 2026, que aponta uma execução global de 49% das medidas previstas até o fim do primeiro trimestre do ano. O documento apresenta o andamento das 27 ações preventivas estruturadas para mitigar riscos operacionais, ampliar a resiliência do sistema elétrico nacional e assegurar o suprimento eletroenergético. A Agenda é um instrumento de governança que reúne esforços de instituições estratégicas como o ONS, a ANEEL, a EPE, a CCEE e a ANP, com o objetivo de antecipar desafios relacionados às transformações da matriz elétrica e às variações do comportamento da carga.

Entre os principais destaques do período está a conclusão de sete ações prioritárias para o fortalecimento da segurança energética nacional. Destaca-se a viabilização da operação da Usina Hidrelétrica de Jirau na cota de 90 metros, que incorpora até 236,5 MW médios ao Sistema Interligado Nacional (SIN), e a realização dos Leilões de Reserva de Capacidade de 2026, que garantem a contratação de usinas termelétricas e a ampliação de hidrelétricas, reforçando a confiabilidade operativa do SIN. A publicação reafirma o compromisso do MME com a transparência e o acompanhamento contínuo das ações voltadas à segurança do suprimento eletroenergético.

Fonte: [MME publica relatório de monitoramento com balanço das ações da Agenda Estratégica Eletroenergética 2026 – Ministério de Minas e Energia](#)

FERNANDA DE PAULA SOCIEDADE DE ADVOCACIA

Representada por sua Sócia

OAB/DF n.º 56.513

PAULO RANGEL SOARES VIEIRA

Geólogo